

RECURSO ESPECIAL Nº 1.699.076 - PB (2017/0237288-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : EUCLIDES CARVALHO FERNANDES
ADVOGADO : PAULO LOPES DA SILVA - PB008560A
RECORRIDO : B D F F
ADVOGADO : OSMARIO MEDEIROS FERREIRA - PB014149

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE CUMULADA COM RETIFICAÇÃO PARCIAL DE REGISTRO CIVIL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. INEXISTÊNCIA. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. RELEVÂNCIA DO VÍNCULO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VERDADE REAL.

1. Inexistência de maltrato ao art. 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil, quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a divergência entre a paternidade declarada no assento de nascimento e a paternidade biológica somente autoriza a desconstituição do registro se comprovado o vício de consentimento.

3. Em relação à paternidade socioafetiva, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que só é possível o seu reconhecimento se efetivamente houver a existência duradoura de vínculo afetivo entre pai e filho.

4. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E DESPROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por E. C. F. com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (fl. 325):

PRELIMINAR. CONTRARRAZÕES. INTEMPESTIVIDADE. REJEIÇÃO. - A Apelação Cível protocolizada dentro do prazo do art. 508 do CPC é tempestiva. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE C/C RETIFICAÇÃO PARCIAL DE REGISTRO CIVIL. PEDIDO JULGADO

IMPROCEDENTE. IRRESIGNAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. ÔNUS QUE INCUMBE À PARTE AUTORA, CONFORME ART. 333, INC. I, DO CPC. IRREVOGABILIDADE DO RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DE PATERNIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. APELO DESPROVIDO. O reconhecimento voluntário de paternidade - seja ele com ou, sem dúvida, por parte do reconhecente - é ato irrevogável e irretratável, conforme os arts. 1.609 e 1.610 do Código Civil. Embora seja juridicamente possível o pedido de anulação do reconhecimento espontâneo, com fundamento no art. 1.604 do Código Civil, para tanto é necessária comprovação de vício de vontade na sua origem, o que inócorre no caso. Precedentes do STJ.

Consta dos autos que E. C. F. ajuizou ação negatória de paternidade c.c. retificação parcial do registro de nascimento em desfavor de B. D. F. F.

O juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido formulado na exordial para manter a relação jurídica existente entre requerente e requerido para que surtam todos os efeitos legais.

Irresignado, o demandante interpôs recurso de apelação.

No entanto, o Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso conforme a ementa acima transcrita.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados nos seguinte termos (fl. 352):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE C/C RETIFICAÇÃO PARCIAL DE REGISTRO CIVIL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ CONFRONTADA. MEIO ESCOLHIDO IMPRÓPRIO. PREQUESTIONAMENTO. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

Não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no art. 1022 do NCPC, impõe-se a rejeição dos Embargos, eis que não se prestam para rediscussão de matéria já enfrentada no Acórdão.

Ainda que para fim de prequestionamento, devem estar presentes um dos requisitos ensejadores dos Embargos de Declaração.

Em suas razões de recurso especial, E. C. F. alegou violação ao art.

1.022, inciso II, do Código de Processo Civil, ao argumento de que houve negativa de prestação jurisdicional. Apontou contrariedade ao art. 489, § 1º, inciso V, do CPC, sob o fundamento de que houve carência de fundamentação. Aduziu contrariedade aos arts. 138; 139, incisos I e II; 1.601. c.c. 1.604, ambos do CC/2002, sustentando, em síntese, que no momento do registro de nascimento do recorrido, houve erro substancial, além de que não existe vínculo biológico nem afetivo com o recorrido, razão pela qual necessária a desconstituição da paternidade e a anulação parcial do registro de nascimento. Acenou pela ocorrência de dissídio jurisprudencial. Requereu, por fim, o provimento do recurso especial.

Houve apresentação de contrarrazões às fls. 466/479.

O Ministério Público Federal ofertou parecer às fls. 575/579.

É o relatório.

Passo a decidir.

Não merece acolhida a irresignação recursal.

1. No que tange à ocorrência de negativa de prestação jurisdicional:

Verifica-se que as questões submetidas ao Tribunal *a quo* foram suficiente e adequadamente apreciadas, com abordagem integral dos temas e fundamentação compatível.

Destarte, não há se falar em negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 1022 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões

deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

(...)

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1233390/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 20/04/2018)

Ademais, consoante a jurisprudência do STJ, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR. POSSE VELHA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. CABIMENTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 quando o órgão julgador se pronuncia de forma clara e suficiente acerca das questões suscitadas nos autos, não havendo necessidade de se construir textos longos e individualizados para rebater uma a uma cada argumentação, quando é possível aferir, sem esforço, que a fundamentação não é genérica.

(...)

6. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1089677/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)

2. No que concerne à paternidade:

O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, ao julgar o recurso de apelação, afastou o pedido de retificação registral sob o fundamento de que não

houve vício algum no ato jurídico de reconhecimento de paternidade (fls. 327/328):

(...)

Mérito

A questão trazida para apreciação da Câmara é a inconformidade do Recorrente com a improcedência da Ação Negatória de Paternidade.

Com efeito, o reconhecimento voluntário de filho constitui ato irrevogável e irretratável, na dicção dos arts. 1.609 e 1.610, ambos do Código Civil: (...)

Entretanto, é certo que se afigura juridicamente possível o pedido de anulação do reconhecimento espontâneo, com fundamento no art. 1.604 do C.C. Todavia, a viabilidade da pretensão de anulação depende de comprovação de vício de consentimento capaz de macular o ato de reconhecimento voluntário de paternidade em sua origem, a exemplo do erro, dolo e coação. (...)

Nesse passo, veja-se que, a mera "dúvida" ou "desconfiança" acerca da verdade biológica, por parte do recorrente, não configura vício de vontade e, do mesmo modo, a eventual inexistência de vínculo biológico não acarreta, por si só, o desfazimento do ato.

Desta forma, considerando o conjunto probatório coligido aos autos, bem andou a sentença atacada ao julgar improcedentes os pedidos deduzidos pelo Autor, na medida em que o Demandante não logrou êxito em comprovar a ocorrência de erro ou de qualquer outro vício de vontade apto a nulificar o reconhecimento espontâneo da paternidade, não se desincumbindo a contento do ônus probatório que lhe competia, conforme o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

Isso porque, em que se pese as contradições e divergências apontadas na prova testemunhal de fls. 141/145, ficou bastante claro que não houve vício algum no ato jurídico de reconhecimento de paternidade, mas mero arrependimento do autor pelo estabelecimento do vínculo parental, vez que se o apelante realmente desconfiava não ser o pai biológico do apelado, bem poderia ter requerido a realização de exame de DNA em momento anterior, em vez de postergar por trinta e cinco anos o reconhecimento de paternidade (g.n.).

Nesse contexto, verifica-se que o entendimento adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba não merece reparos.

Com efeito, há vários julgados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a divergência entre a paternidade declarada no assento de nascimento e a paternidade biológica somente autoriza a desconstituição do registro uma vez comprovada a existência de vício de consentimento.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). FAMÍLIA. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE E DE ANULAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO.

1. Controvérsia em torno da presença dos requisitos legais para a desconstituição da paternidade declarada em desacordo com a verdade biológica.

2. Possibilidade, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, de desconstituição do registro de nascimento quando baseado em vício de consentimento e uma vez afastada a existência de filiação sociofativa, como verificado no caso dos autos.

3. Inviabilidade do acolhimento da pretensão recursal fundada na alegação de que não houve erro a comprometer a manifestação de vontade do pai registral, por demandar o reexame de matéria fático-probatória dos autos.

4. Razões do agravo interno que não alteram as conclusões da decisão agravada acerca da atração dos óbices dos enunciados das Súmulas n.ºs 07 e 83/STJ. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1531311/DF, de minha Relatoria, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 05/09/2018)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE CUMULADA COM ANULATÓRIA DE REGISTRO DE NASCIMENTO. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. INEXISTÊNCIA. RELAÇÃO SOCIOAFETIVA. CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA CONTRÁRIA. ÔNUS DE QUEM ALEGA. ART. 333 DO CPC/1973. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos n.ºs 2 e 3/STJ).

2. A retificação do registro de nascimento depende da configuração de erro ou falsidade (art. 1.604 do Código Civil/2002) em virtude da presunção de veracidade decorrente do ato, bem como da inexistência de relação socioafetiva preexistente entre pai e filho.

3. A paternidade socioafetiva não foi impugnada pela autora, a quem incumbia o ônus de desconstituir os atos praticados por seu pai biológico, à luz do art. 333, I, do CPC/1973.

4. O Tribunal local manteve incólumes os registros de nascimentos em virtude da filiação socioafetiva, circunstância insindicável nesta instância especial em virtude do óbice da Súmula nº 7/STJ.

5. Recurso especial não provido. (REsp 1730618/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018)

No que tange à relação socioafetiva das partes, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba destacou o seguinte (fl. 329):

(...)

Assim, mesmo comprovada através do exame de DNA a inexistência de liame consanguíneo, está claro que o apelado hoje conta 35 anos de idade sempre teve o recorrido como pai, independentemente de não terem vinculação afetiva próxima, por residirem em estados diferentes. Ou seja, a figura paterna é e sempre foi a do seu pai registral. (...)

Dito isto, deve prevalecer a irrevogabilidade do reconhecimento voluntário feito pelo apelante no registro de nascimento do apelado, porquanto constituído mediante ato unilateral de vontade, praticado de forma livre e consciente, sem qualquer vício em sua origem, não obstante a inexistência de liame biológico entre os litigantes constatada pelo exame de DNA (g.n.).

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que só é possível o reconhecimento da paternidade socioafetiva se efetivamente houver a existência duradoura do vínculo afetivo entre pai e filho.

A propósito:

RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO SANGÜÍNEA ENTRE AS PARTES. IRRELEVÂNCIA DIANTE DO VÍNCULO SÓCIO-AFETIVO.

- Merece reforma o acórdão que, ao julgar embargos de declaração, impõe multa com amparo no art. 538, par. único, CPC se o recurso não apresenta caráter modificativo e se foi interposto com expressa finalidade de prequestionar. Inteligência da Súmula 98, STJ.

- O reconhecimento de paternidade é válido se reflete a existência duradoura do vínculo sócio-afetivo entre pais e filhos. A ausência de vínculo biológico é fato que por si só não revela a falsidade da declaração de vontade consubstanciada no ato do reconhecimento. A relação sócio-afetiva é fato que não pode ser, e não é, desconhecido pelo Direito. Inexistência de nulidade do assento lançado em registro civil.

- O STJ vem dando prioridade ao critério biológico para o reconhecimento da filiação naquelas circunstâncias em que há dissenso familiar, onde a relação sócio-afetiva desapareceu ou nunca existiu. Não se pode impor os deveres de cuidado, de carinho e de sustento a alguém que, não sendo o pai biológico, também não deseja ser pai sócio-afetivo. A contrario sensu, se o afeto persiste de forma que pais e filhos constroem uma relação de mútuo auxílio, respeito e amparo, é acertado desconsiderar o vínculo meramente sanguíneo, para reconhecer a existência de filiação jurídica.

Recurso conhecido e provido. (REsp 878.941/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2007, DJ 17/09/2007)

Ante o exposto, com base no art. 932, inciso IV, do CPC/15 c.c. o Enunciado n.º 568/STJ, conheço e nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator